



**Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo/RJ -  
IPASG**

**DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)**

**I  
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados para o Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal efetivo de nível superior e nível médio do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo – IPASG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020**.

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

<b>Inscrição</b>	<b>Nome</b>
128000057	Nair Hellaine Pereira De Souza
128000059	Francisco Alvanei Martins De Souza Junior
128000080	Francisco José Menezes Júnior
128001170	Victor Marques Barboza
128001627	Tiago Medeiros De Souza
128001855	Wallace Carvalho Da Silva
128002771	Victor Hugo Gatto
128002938	Nathália Rodrigues Oliveira Figueiredo
128002990	Luis Romeu Araujo Tavares
128003093	Flavio Da Costa Moreira
128003230	Denisson Rodrigues Balbino Filho
128003616	Luiz Rafael Costa Soares
128003712	Carolina Marques Tôrres
128003928	Bruno Couto De Oliveira
128002305	Myrian Cristina Albuquerque Pinheiro De Almeida
128002629	Paulo Roberto Mendes Da Silva
128002988	Maria Virginia Leal De Meirelles De Almeida
128000130	Douglas Oliveira Silva
128001380	Luis Marcelo Braga
128001875	George Jose Da Paixao Araujo
128002702	Ana Cláudia Lara Coelho Aranha
128003053	Víctor Henrique França
128003107	Rejane Lourenço Magalhães Dos Santos

128003191	Raquel Botelho Amorim Salgado
128003695	Matheus Albuquerque De Menezes
128003787	Lidia Danielle Da Silva Carvalho
128003929	Bruno Couto De Oliveira

**II**  
**DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Gestor Previdenciário**

**Tipo de Prova: Tipo 1 – BRANCA**

**Questão: 01**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “B) Estabelecem elos, criam relações entre os segmentos do discurso, tais como: conclusão e condição.” não pode ser considerada correta. Vejamos o trecho em análise: “A violência contra a pessoa, por si, já pode ser considerada como algo indesejável, mas quando ela se volta contra quem tem a capacidade reduzida para se defender, como a população idosa, torna-se ainda mais repugnante. E mais desprezível ainda quando cometida por quem tinha o dever de cuidado.” De acordo com o enunciado: “A unidade textual garantida pelo emprego adequado dos elementos de coesão pode ser observada no fragmento anterior; considerando tal afirmativa, pode-se afirmar que as expressões “si”, “algo indesejável” e “ela” não há correção ao afirmar que tais expressões estabelecem relações de conclusão e condição. As relações de conclusão são estabelecidas por: logo, portanto, pois (posposto ao verbo). Também as locuções: por isso, por conseguinte, pelo que... (sentido de conclusão em relação à oração anterior). Já as relações de condição são estabelecidas por: se, caso. Também as locuções: contanto que, desde que, dado que, a menos que, a não ser que, exceto se... (Indicam condição).

Fontes:

- Saconni, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática.
- COROA, M. L. M. S. Coerência Textual – Unidade 18 – TP 5 – Estilística, Coerência e Coesão.

**Questão: 17**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Tiradentes” era o apelido atribuído a Joaquim José da Silva Xavier, que ficou famoso por ser um dos líderes da Inconfidência Mineira e por ter sido o único, entre os inconfidentes, a receber a pena capital, isto é, a pena de morte, pela força. A figura de Tiradentes permaneceu esquecida durante o resto do período do colonial e também no período imperial, principalmente pelo caráter republicano dos envolvidos na Inconfidência Mineira. A imagem de Tiradentes como herói foi construída com a Proclamação da República. Os republicanos desejavam exaltar as figuras de republicanos brasileiros em contraposição aos tempos de monarquia e, por causa disso, Tiradentes foi escolhido pelo caráter da sua condenação. Republicano convicto, Tiradentes foi exaltado como um mártir do movimento republicano e, portanto, um herói nacional.

Fonte:

- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 55-75.

### Questão: 19

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O questionamento é claro e enfático ao indagar sobre “a responsabilidade penal juvenil no Brasil em vigor”. Torna-se necessário entender a diferença entre maioridade penal e responsabilidade penal. A maioridade penal se refere à idade em que a pessoa passa a ter que responder criminalmente como um adulto, ou seja, quando ele passa a responder ao Código Penal. Já a responsabilidade penal pode ser atribuída a jovens com idade inferior à da maioridade penal. Assim, um menor de idade pode ter responsabilidade penal, mesmo sofrendo penas diferenciadas. São criados dois sistemas: um para jovens, baseado na responsabilidade penal juvenil, e outro para adultos, baseado na responsabilidade penal de adultos.

No caso do Brasil, essa distinção é um pouco confusa, porque a maioridade penal começa aos 18 anos e os menores de idade são considerados inimputáveis pela própria Constituição Federal (ou seja, eles não podem ser responsabilizados penalmente pelos seus atos). A Constituição não diferencia responsabilidade penal de maioridade penal. Mesmo assim, essa inimputabilidade existe apenas do ponto de vista do Código Penal, porque, de fato, a partir dos 12 anos, um adolescente que cometer uma infração será responsabilizado por seus atos. A diferença é que a punição para esse adolescente é mais leve e de outra natureza que a da punição para um adulto. A maioridade penal, a partir dos 18 anos, está estabelecida na Constituição de 1988, Art. 228, que afirma que os menores de idade são inimputáveis e estão sujeitos a norma especial. Isso tem a ver com a chamada doutrina da proteção integral, uma diretriz internacional criada a partir da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1989. Apesar da convenção não determinar qual idade deverá ser escolhida para a maioridade penal, ela define como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade. O Brasil e quase todos os países do mundo são signatários desse tratado e grande parte deles baseia seu sistema penal para jovens a partir dessa convenção. A doutrina da proteção integral aparece mais claramente no Art. 227 da Constituição, que fala sobre a obrigação da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais da criança, do adolescente e do jovem. Por tudo isso, antes de completar 18 anos de idade, uma pessoa não pode ser responsabilizada como um adulto no Brasil. Essa norma é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA foi promulgado em 1990 e é o instrumento legal que consolida as garantias da Constituição aos jovens. Ele garante vários direitos para crianças e adolescentes, como direito à saúde, à educação, à liberdade, entre outros. Além disso, ele determina as medidas que devem ser tomadas quando o adolescente comete alguma infração. Como esse estatuto está baseado no que rege a Constituição, o seu objetivo é que os jovens sejam protegidos e tenham seus direitos garantidos. Por isso, a lógica dele é diferente do Código Penal, que tem como objetivo estabelecer punições adequadas para os vários tipos de crime. O ECA tem um caráter protetivo e pedagógico. As medidas do ECA prezam pela educação do jovem, e não pela punição. Até a linguagem adotada no Estatuto muda em relação ao Código Penal: o ECA não fala de crimes, e sim de infrações; também não menciona penas, e sim medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas do ECA (descritas dos Arts. 112 ao 125) são aplicadas para jovens que já têm idade para ser responsabilizados por uma infração, ou seja, adolescentes com 12 anos a 17 anos de idade. Quando um menor de idade é pego participando de qualquer tipo de crime, ele fica detido por no máximo 45 dias, que é o tempo que o Juiz da Infância e da Juventude tem para se posicionar sobre o caso. Caso seja julgado culpado, o menor pode ser submetido a seis tipos diferentes de medidas socioeducativas, segundo o ECA: advertência; obrigação de reparar o dano causado; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação. As medidas são aplicadas de acordo com a gravidade do crime cometido. Na hipótese de internação, os menores infratores ficam no máximo por três anos em centros de recuperação.

#### Fontes:

- Lei nº 8069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Constituição de 1988.

### Questão: 20

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando esteve no Brasil em 1961, realmente recebeu a condecoração da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul; no entanto, o presidente em exercício era Jânio Quadros. A capital do Brasil já se encontrava instalada em Brasília; portanto, o evento não se deu no Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro. O sentido da expressão “irmão” se refere a correligionário, ou seja, “aliado”; “apoiador”; “partidário”.

#### Fonte:

- [http://www.suapesquisa.com/biografias/che\\_guevara.htm](http://www.suapesquisa.com/biografias/che_guevara.htm)

#### Questão: 24

##### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar trouxe como resposta correta à questão a alternativa B, sendo esta a resposta que responde corretamente ao proposto pela questão, pois a tutela jurídica do direito de reunião se efetiva pelo mandado de segurança, e não pelo habeas corpus, pois nesses casos a liberdade de locomoção, eventualmente atingida, é simples direito-meio para o pleno exercício de outro direito individual, o de reunião (MORAES, 2017).

A alternativa A está incorreta, uma vez que dispõem contra o inciso XVI da Constituição Federal de 1988, uma vez que o texto constitucional afirma que caso haja outra reunião para o mesmo local, basta prévio aviso, ou seja, não depende de autorização.

Por fim, cabe destacar que não caberia como resposta correta a alternativa C, já que o próprio texto constitucional permite reuniões pacíficas para o mesmo local público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

##### Fontes:

- Constituição Federal 1988
- Direito constitucional - Alexandre de Moraes. São Paulo, Atlas, 2017.

#### Questão: 27

##### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da Lei Municipal 50/91, do município de São Gonçalo, artigos 28, 29, 31 e 32, temos os conceitos de **readaptação** (investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica), **reversão** (retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria), **reintegração** (reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou em cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento ou não dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo) e **transferência** (passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder, obedecida as normas vigentes), **respectivamente. Perfazendo a sequência 4, 3, 2, 1, letra D da prova Branca.**

##### Fonte:

- Estatuto dos servidores públicos do município de São Gonçalo - RJ (Lei municipal 050/91, do município de São Gonçalo)

Art.28 - **Readaptação** é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Art.29 - **Reversão** é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

(...)

Art. 31 - **Reintegração** - reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou em cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento ou não dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo.

Art.32 - **Transferência** é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder, obedecida as normas vigentes.

#### Questão: 32

##### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os princípios da publicidade, impessoalidade e moralidade estão **corretas** nos termos do resumo do item 3.4 do Livro da Professora Maria Silvia Zanela di Pietro informa que: 6. **Legalidade**: a Administração Pública só pode fazer o que a lei prevê (arts. 5º, II, e 37, caput, da CF). 8. **Impessoalidade**: previsto no art. 37, caput, da CF; deve ser observada em relação aos administrados (no sentido de que os atos da Administração devem observar a finalidade pública) e à Administração Pública (no sentido de que os atos administrativos são imputáveis ao órgão ou à pessoa jurídica que os praticou e não aos servidores públicos), conforme art. 2º, parágrafo único, III, da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo Federal). 15. **Publicidade**: a regra geral na Administração Pública é a divulgação de seus atos; o sigilo

somente é admissível nas hipóteses previstas na Constituição (art. 5º, X, XI, XII, XIV, XXXIII, XXXIV, LX, LXXII); o direito à informação disciplinado é pela Lei nº 12.527/11. 16. **Moralidade** administrativa: exige atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé (art. 2º, caput, e parágrafo único, IV, da Lei nº 9.784); aplicação dos arts. 5º, LXXIII; 14, § 9º; 15, V; 37, caput e § 4º, da CF; seu descumprimento caracteriza desvio de poder e ato de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92, art. 11, inciso I).

Fonte:

- Di Pietro, Maria Sylvia Zanella Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020, resumo do item 3.4;

### **Questão: 33**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos da Lei municipal 050/91, do município de São Gonçalo que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos, é **proibido**: 1) referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, ou censurá-los, pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; 2) coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária; e 3) praticar a usura, em qualquer de suas formas, no âmbito do serviço público; respectivamente incisos I, IV e VI, do art. 169, estando corretas. A questão incorreta, que trazia uma aparente proibição - Pleitear como procurador ou intermediário, junto aos órgãos municipais, percepção de vencimento de pai ou sogro - indicava uma exceção trazida na parte final do art. 169, VII - “pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos municipais, **salvo quando se tratar de percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagem de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau**”, devendo ser a opção escolhida pelo candidato.

Fonte:

- Lei municipal 050/91, do município de São Gonçalo “Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos(...)”:  
Art.169 - Ao servidor é proibido:  
I. referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, ou censurá-los, pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;  
(...)  
IV. coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária;  
(...)  
VI. praticar a usura, em qualquer de suas formas, no âmbito do serviço público;  
VII. pleitear, como procurador ou intermediário, junto aos órgãos municipais, salvo quando se tratar de percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagem de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau;

### **Questão: 36**

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo. Nesse sentido, a questão 36 questiona sobre o valor do eventual abono de permanência na hipótese de um servidor com remuneração de contribuição de R\$ 6.400,00 cuja contribuição ao RPPS era de 10% (R\$ 640,00). A redação do art. 40, § 19, anterior à EC 103/2019 (aplicável aos Municípios que, tal qual São Gonçalo/RJ, não referendaram em lei própria as alterações da reforma da previdência) diz que o abono de permanência corresponde ao exato valor da contribuição, portanto, na situação hipotética, R\$ 640,00.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 40, § 19, com redação anterior à EC N. 103/2019: “O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um **abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária**, até completar as exigências para aposentadoria compulsória contida no § 1º, II.”

**Questão: 37****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo.

Nesse sentido, a questão 37 exigia o seguinte raciocínio: o art. 9º, IV da Lei n. 9.717/98 estabelece que o Certificado de Regularidade Previdenciária somente é expedido para o RPPS que cumpre com os critérios da própria lei, dentre os quais alíquota não inferior à da União, fixada pela EC n. 103/2019 em 14%. Assim, como a alíquota do servidor no Município hipotético era de 10%, o RPPS estaria irregular. A assertiva de que a contribuição patronal é o dobro é falsa, visto que pode ser até o dobro. Também é falsa a assertiva da alíquota suplementar, visto que tal afirmativa não pode ser inferida do enunciado.

**Fonte:**

- Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

**Questão: 38****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta. De fato, por erro material, faltou no enunciado a palavra “professor”, tendo sido esta mencionada apenas em uma das alternativas. Nesse sentido, não era possível aferir uma resposta para a questão, sendo procedente o pedido de anulação.

**Questão: 39****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo.

Nesse sentido, a questão 39 pede que se identifique a base de cálculo de contribuição no Regime Próprio, sendo esta o vencimento básico do servidor mais as parcelas incorporáveis, tal qual o adicional por tempo de serviço. No caso, não há que se falar em teto do RGPS, visto que o enunciado não informa que o Município Ômega tenha instituído a Previdência Complementar.

**Fonte:**

- Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º, § 1º.

**Questão: 40****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo.

Nesse sentido, a questão 40 refere-se ao art. 29, § 4º da Orientação Normativa 02/2009: “Quando o pagamento mensal do servidor sofrer descontos em razão de faltas ou de quaisquer outras ocorrências, a alíquota de contribuição deverá incidir sobre o valor total da remuneração de contribuição prevista em lei, relativa à remuneração mensal do servidor no cargo efetivo, desconsiderados os descontos”. Nesse sentido, mantém-se o gabarito preliminar divulgado.

**Fonte:**

- Orientação Normativa nº 02, de 31 de março de 2009, art. 29. § 4º

### Questão: 42

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo. Nesse sentido, quanto a questão 42, a assertiva “a” é falsa pois a aposentadoria compulsória se dá aos 75 anos, portanto, em março de 2035; a assertiva “b” é falsa pois o Município não pode aposentar os servidores com regras de outro ente federativo; a assertiva “d” é falsa, pois o tempo de mandato eletivo conta como se de efetivo exercício fosse; a assertiva “c” está correta, conforme regra EC 41/03 que está reproduzida também no art. 68 da ON 02/2009. Ademais, o conteúdo está compreendido no edital no que tange a plano de benefícios e tempo de serviço e tempo de contribuição, sendo ainda conhecimento inerente ao tema regime próprio.

#### Fonte:

- Orientação Normativa nº 02, de 31 de março de 2009, art. 68

### Questão: 43

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo. No caso em tela, caso o servidor tivesse se aposentado com proventos integrais, o valor da aposentadoria seria de R\$ 6.400,00 em 03/2021. O teto do RGPS informado na questão era de R\$ 6.351,00. Subtraindo-se os valores, tem-se que a base da contribuição do inativo era de R\$ 49,00, referente ao valor que superaria o teto vigente. Como a alíquota fictícia informada no comando da questão era de 10%, a resposta para o enunciado é de R\$ 4,90.

#### Fonte:

- Constituição Federal, art. 40, § 18.

### Questão: 45

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As questões de número 36 a 45 possuem um comando que as antecede, determinando que sejam respondidas conforme os dados hipotéticos apresentados. Essas questões visam aferir o raciocínio e a compreensão quanto ao conteúdo programático visando a seleção de profissionais aptos ao exercício das complexas atribuições do cargo. A questão pede para informar qual a base de cálculo da pensão por morte e não entra no mérito da fórmula de cálculo. A Constituição Federal, nos termos do art. 7º, redação anterior à EC n. 103/2019 estabelece que a base de cálculo é a remuneração. O conceito de remuneração, por seu turno, sofre os recortes legais, porém permanece sendo designado como remuneração: “at. 40, § 7º. II- ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)”

#### Fonte:

- Constituição Federal, art. 40, § 7º.

Tipo de Prova: Tipo 1 - BRANCA

Questão: 08

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão: “A partir da escolha do título do texto é possível identificar o posicionamento do enunciador acerca do assunto que será tratado, a caracterização da violência contra a pessoa idosa justifica-se de acordo com os elementos apresentados no texto e destacados a seguir:”, a alternativa “A) Capacidade de defesa e autoria da violência.” está correta de acordo com o trecho destacado a seguir: “A violência contra a pessoa, por si, já pode ser considerada como algo indesejável, mas quando ela se volta contra quem tem a capacidade reduzida para se defender, como a população idosa, torna-se ainda mais repugnante. E mais desprezível ainda quando cometida por quem tinha o dever de cuidado.” Ao identificar “capacidade de defesa” não há uma especificação, mas sim uma indicação de que o elemento “capacidade de defesa” foi apontado como caracterização da violência contra a pessoa idosa, ou seja, nesse caso, o texto esclarece que a capacidade da pessoa idosa para defesa é reduzida. A expressão “capacidade de defesa” não expressa qual é a capacidade, poderia ser alta capacidade ou reduzida capacidade conforme afirma o texto.

Fontes:

- PLATÃO E FIORIN. Para entender o texto. Ática.
- O próprio texto.
- ANTUNES, I. Língua, texto e ensino – outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.
- COROA, M. L. M. S. Coerência Textual – Unidade 18 – TP 5 – Estilística, Coerência e Coesão. PROGRAMA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR – GESTAR II.
- DIPRO/ FNDE/ MEC. 2008a.
- \_\_\_\_\_. Tipos Textuais – Unidade 11 – TP 3 – Gêneros e Tipos Textuais. PROGRAMA DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR – GESTAR II. DIPRO/FNDE/MEC. 2008b.
- KOCH, I. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Questão: 17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Tiradentes” era o apelido atribuído a Joaquim José da Silva Xavier, que ficou famoso por ser um dos líderes da Inconfidência Mineira e por ter sido o único, entre os inconfidentes, a receber a pena capital, isto é, a pena de morte, pela força. A figura de Tiradentes permaneceu esquecida durante o resto do período do colonial e também no período imperial, principalmente pelo caráter republicano dos envolvidos na Inconfidência Mineira. A imagem de Tiradentes como herói foi construída com a Proclamação da República. Os republicanos desejavam exaltar as figuras de republicanos brasileiros em contraposição aos tempos de monarquia e, por causa disso, Tiradentes foi escolhido pelo caráter da sua condenação. Republicano convicto, Tiradentes foi exaltado como um mártir do movimento republicano e, portanto, um herói nacional.

Fonte:

- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 55-75.

Questão: 25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Aposentadoria Compulsória do servidor é aos 75 anos de idade, conforme art. 40 da Constituição Federal conjugado com seu regulamento, nos termos da Lei Complementar n. 152 de 3 de dezembro de 2015.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 40, § 1º, II conjugado com a Lei Complementar n. 152/2015

#### Questão: 40

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão apresenta o comprometimento da cognição social de pessoas acometidas com autismo, esquizofrenia e personalidade antissocial, o que corresponde ao comprometimento, mal funcionamento ou mesmo interrupção e incapacidade de estabelecer interações sociais bem-sucedidas. Essas características são indicadores de evidência da pouca ou nenhuma aptidão para perceber e interpretar a si mesmos, as outras pessoas e o contexto em que ocorrem as interações; dimensões fundamentais da cognição social para estabelecimento e manutenção das relações sociais. Com tal comprometimento, estes transtornos possuem em comum um conjunto de erros cognitivos denominados vieses cognitivos. Especialmente na esquizofrenia, ao contrário do que dispõem as razões recursais e, segundo o DSM-5, ela é um transtorno psiquiátrico definido por “delírios, alucinações, pensamento (discurso) desorganizado, comportamento motor grosseiramente desorganizado ou anormal (incluindo catatonia) e sintomas negativos (como expressão emocional diminuída)”. Delírios e alucinações podem ser considerados comportamentos internos, ou seja, que não podem ser observados por outras pessoas a não ser que o indivíduo verbalize a respeito. Com muitos eventos psíquicos acontecendo (com frequência variada a depender do indivíduo), o foco atencional de pessoas com esquizofrenia, que poderia ser das relações sociais, fica dividido.

Além disso, o conteúdo desses delírios ou alucinações pode fazer com que as relações sociais estabelecidas por pessoas com esquizofrenia sejam permeadas por vieses cognitivos, como o viés de atribuição. Uma pessoa que tem delírios persecutórios, por exemplo, pode atribuir causas a ações de outras pessoas (demora para responder a uma mensagem ou não ter ouvido um chamado) que têm mais relação com o conteúdo de seus delírios do que com as pistas retiradas do ambiente, por exemplo. Conclui-se, portanto, que são características desse transtorno a dificuldade de reconhecimento das próprias emoções e das emoções de outros, assim como a lentidão no reconhecimento de pistas sociais (Teoria da Mente-ToM). Todas essas habilidades são relacionadas ao campo da Cognição Social e, por isso, seu déficit compromete a funcionalidade dos indivíduos com Esquizofrenia.

#### Fontes:

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Referência Rápida aos Critérios Diagnósticos do DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 321-332.
- BERBERIAN, A. A. et al. Cognição social e esquizofrenia. In: MECCA, T. P.; DIAS, N. M.; BERBERIAN, A. A. (Orgs.). Cognição Social: teoria, pesquisa e aplicação. São Paulo: Mnemon, 2017, p. 192-199.

### Cargo: Técnico Previdenciário

#### Tipo de Prova: Tipo 1 – BRANCA

#### Questão: 01

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o 2º§ do texto de maneira total e abrangente: “Creio que será permitido guardar uma leve tristeza, e também uma lembrança boa; que não será proibido confessar que às vezes se tem saudades; nem será odioso dizer que a separação ao mesmo tempo nos traz um inexplicável sentimento de alívio, e de sossego; e um indefinível remorso; e um recôndito respeito”. Assim, é possível afirmar que a expressão “recôndito”, levando em consideração o contexto textual, pode ser substituída, sem alteração semântica, por “oculto”; “secreto”; “irrevelado”. As demais opções de respostas são contrárias ao sentido textual.

#### Fonte:

- Houaiss, A. e Villar, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2922 p.

#### Questão: 02

##### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando as informações evidenciadas ao longo do texto, é possível perceber que o autor utiliza uma linguagem mais subjetiva e figurada, ou seja, as expressões são empregadas no sentido metafórico ou subjetivo em uma declaração. Assim, a mensagem textual proporcionou interpretações abstratas que vão além do sentido real das palavras, isto é, das definições que aparecem nos dicionários. Tal fato pode ser claramente observado através dos trechos: “uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval – uma pessoa se perde da outra, procura-

a por um instante e depois adere a qualquer cordão”; “Eles não se despediram, a vida é que os despediu, (...)”; “que importa que uma estrela já esteja morta se ela ainda brilha no fundo de nossa noite e de nosso confuso sonho?”. As demais opções de respostas são incoerentes e inadequadas, já que o autor, ao longo do texto, não passou uma mensagem literal, ou seja, de acordo com o significado do dicionário. Outro fator preponderante é que o autor não incita, estimula ou incentiva sobre a brevidade da vida. Pelo contrário, ele informa que devemos “esquecer as pequenas coisas mortificantes”; o objetivo do texto é, justamente, reforçar sobre a despedida: sendo melhor partir sem se despedir, deixar o silêncio tornar tudo menos penoso. Denotar sobre a importância das explicações e da despedida também é falso afirmar, já que o autor confessa que “se houvesse uma despedida talvez fosse mais triste, talvez tenha sido melhor assim, uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval – uma pessoa se perde da outra, procura-a por um instante e depois adere a qualquer cordão”; e, ainda, “para que explicações?”. O ideal seria que “digamos apenas a pequena palavra: adeus”. Tal questão está em conformidade com o conteúdo programático: interpretação de texto.

Fonte:

- O próprio texto.

### **Questão: 03**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O adjetivo é uma classe de palavras que atribui características aos substantivos, ou seja, ele indica suas qualidades e estados. Os seguintes trechos textuais evidenciam adjetivos em destaque, a saber:

- pequena palavra (caracteriza o substantivo ‘palavra’);
- momentos perfeitos (caracteriza o substantivo ‘momentos’);
- leve tristeza (caracteriza o substantivo ‘tristeza’).

No entanto, em “É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito (...)”, a expressão ‘muito’ se trata de um advérbio: palavra que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio. Nesse caso, o advérbio de intensidade ‘muito’ modifica o verbo ‘amaram’.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

### **Questão: 04**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As conjunções adversativas exprimem oposição, contraste, ressalva, compensação, como: mas, porém, todavia, contudo, entretanto, senão, ao passo que, no entanto, não obstante, apesar disso, em todo caso. Tal questão está em conformidade com o conteúdo programático: classes de palavras (conjunção).

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

### **Questão: 09**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os travessões também são utilizados em alguns textos substituindo as vírgulas para intercalar trechos em que se pretende dar ênfase. O duplo travessão ocorre em duas situações: separar fala de personagem de trechos da narrativa e destacar passagens do meio da frase. Dessa forma, o duplo travessão foi empregado para “ênfatar o trecho”.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

**Questão: 10****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dígrafos vocálicos são aqueles cujas vogais são sucedidas das consoantes “n” ou “m”, representando fonemas vocálicos nasalizados, ou seja, as correntes de ar que saem dos pulmões passam pelo nariz e pela boca: sempre.

**Fonte:**

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: Novo acordo ortográfico*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

**Questão: 11****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Cada técnico finaliza 6 processos por dia. Logo, os 15 técnicos finalizarão  $15 \times 6 = 90$  processos por dia. Dessa forma, em 10 dias de trabalho serão finalizados 900 processos.

**Questão: 12****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático contém: “Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica Matemática Qualitativa. Sequências”. A questão em tela trata do tema citado.

**Questão: 13****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado afirma que há 15 mil contribuintes. Destes, 12% pode se aposentar. Logo,  $15000 \times 0,12 = 1800$  podem se aposentar.

Desse valor (1800), 60% são mulheres e, conseqüentemente, 40% são homens. Ora, calcula-se então a quantidade de homens:  $1800 \times 0,4 = 720$ .

**Questão: 14****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado fala sobre “processos acumulados”. Uma vez que o processo chega à repartição e não é finalizado, torna-se um processo acumulado. Outra afirmação que ratifica a clareza da questão está no trecho final: “Quantos dias de trabalho serão necessários para que ele consiga zerar o número de trabalhos burocráticos acumulados?”.

Se o objetivo é zerar os trabalhos acumulados, não há outra interpretação que não seja totalizar ZERO trabalhos na repartição.

**Questão: 19****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Ecowas: é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States) formada no século XX, como integração econômica reunindo países do continente africano, como Serra Leoa, Costa do Marfim, Gana e Nigéria.

Alba: Aliança Bolivariana para as Américas. O bloco tem realizado intercâmbio de médicos cubanos para a Venezuela em troca de petróleo e acordos comerciais nos setores de energia e mineração dominados por Venezuela, Bolívia e Equador.

Alca: Área de Livre Comércio das Américas. Iniciativa dos Estados Unidos, propõe a formação de uma área de livre comércio em todo o continente americano, com exceção a Cuba. Portanto, a ideia vendida pelos Estados Unidos, era que, para os países que participam do ALCA, o crescimento econômico, assim como o socorro financeiro em casos de necessidade, seria ocasionado pela criação do bloco. No entanto, a ideia do bloco acabou nunca saindo do papel, já que alguns países da América, inclusive o Brasil, se posicionaram desfavoráveis em relação ao bloco.

Mercosul: Mercado Comum do Sul. Entre os objetivos gerais do bloco estão a criação de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira. Entre tantas ambições, o Mercosul também busca a uniformização das taxas de juros, criação de uma moeda única e estabelecimento de livre circulação de pessoas.

Após as Revoluções Industriais e Segunda Guerra Mundial, diversos pesquisadores realizaram estudos ambientais e comprovaram os impactos negativos da intervenção humana no planeta. Com a necessidade de frear os danos ambientais, lideranças de vários países começaram a se organizar para elaborar projetos que permitissem o desenvolvimento econômico sem a destruição do meio ambiente. Realizaram-se, então, as conferências ambientais, reuniões em que líderes de diversos países discutem e criam projetos para o desenvolvimento sustentável, que unam o crescimento econômico com a preservação.

Dessa forma, ao indagar sobre blocos econômicos presentes no continente latino-americano considera-se que duas respostas correspondem ao “exceto”. A questão deverá ser anulada.

Fonte:

- <https://querobolsa.com.br/revista/conheca-as-principais-conferencias-ambientais-do-mundo>. Acesso em: 11/03/2021.

**Questão: 20**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo “desenvolvimento sustentável”, um dos principais temas das conferências ambientais, passou tradicionalmente, ou seja, documentadamente; consagradamente; e, historicamente a ser divulgado por todo o planeta a partir do Relatório Brundtland. Em 1987, o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland, apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A partir daí o conceito de “desenvolvimento sustentável” passou a ficar conhecido. Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais e sociais.

Fontes:

- <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91>
- [http://www.ecobrasil.eco.br/site\\_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland](http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1003-nosso-futuro-comum-relatorio-brundtland)

**Questão: 25**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O artigo 3º da Constituição Federal de 1988 dispõe que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Portanto, apenas as afirmativas II e III da questão coadunam com o texto constitucional.

Assim, mantem-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- Constituição Federal 1988

**Questão: 26****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Administração Pública é constituída por órgãos internos dos entes federativos, desprovidos de personalidade. Cuida-se de mero fenômeno interno de repartição de tarefas de atividade centralizada. Por outro lado, tal como dispõe o art. 4º do Decreto-Lei nº 200/67 em consonância com o art. 37, XIX, da CRFB/88, a Administração Pública Indireta é constituída de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Fonte:

- Art. 4º do Decreto-Lei nº 200/67 combinado com o art. 37, XIX, da CRFB/88.

**Questão: 27****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os elementos, ou requisitos, do ato administrativo são: competência, forma, finalidade, objeto e motivo. Motivação é a externalização do motivo. Já exigibilidade e imperatividade são atributos dos atos administrativos. Já os atributos são propriedades jurídicas especiais decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado. Tais atributos, sendo a exigibilidade e a imperatividade dois deles, são traços que distinguem os atos administrativos das demais categorias de atos jurídicos, especialmente atos privados. A doutrina moderna faz referência a cinco atributos: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Sendo assim, os elementos do ato administrativo são os constantes da alternativa B: motivo, objeto, finalidade, forma e competência.

Fonte:

- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

**Questão: 34****Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa C.**

Houve equívoco na divulgação do gabarito. De fato, a alternativa que apresenta erro é a letra C, já que é a única que contraria a Lei Orgânica do Município de São Gonçalo (vide art. 73). Portanto, o gabarito correto é a letra C.

Fonte:

- Art. 73 da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo.

**Questão: 35****Recurso Procedente. Gabarito alterado para a alternativa A.**

De fato, a alternativa correta é a letra A (“frustrar a licitude de concurso público”), com fundamento nos arts. 10 e 11, inciso V, da Lei nº 8.429/92. Por conseguinte, o gabarito foi alterado para letra A.

Fonte:

- Arts. 10 e 11, inciso V, da Lei nº 8.429/92

**Questão: 38****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente destaca-se que o enunciado da questão solicita que o candidato indique a alternativa em que NÃO é indicado como segurado especial. A Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 11, §8º, informa que: “Não descaracteriza a condição de segurado especial:

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;”

Assim, a alternativa B não reproduz o texto da lei de forma literal. As demais alternativas trazem situações de segurados especiais previsto na própria legislação.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar com relação a questão.

Fonte:

- Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991

**Questão: 39****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão visa analisar os conhecimentos dos candidatos sobre os descontos que podem acontecer nos benefícios. Assim, nos termos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 15, dispõem da seguinte forma:

Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:

I - contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social;

II - pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, em valor que não exceda 30% (trinta por cento) da sua importância, nos termos do regulamento;

III - Imposto de Renda retido na fonte;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial;

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

- a) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
- b) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Assim, considerando os termos da lei, as afirmativas I e III são falsas, uma vez que trazem informações divergentes da legislação vigente. Já as afirmativas II e IV são verdadeiras, já que reproduzem o teor do texto da lei.

Portanto, mantem-se o gabarito preliminar com relação a questão.

**Fonte:**

- Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991

**Questão: 45****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está embasada em conteúdo previsto de forma expressa no conteúdo programático do Edital. O enunciado e alternativas tratam de Regime Geral de Previdência Social, o qual está previsto na Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Assim, não merece guarida que o argumento da questão está fora do conteúdo programático.

Também não prospera a alegação de que haveria mais de uma resposta correta para a questão, sendo certo que no recurso o candidato não faz qualquer embasamento para tanto. De acordo com os dados do enunciado João se aposentaria sem aplicação do fator previdenciário, uma vez que na época que deu entrada no pedido de aposentadoria tinha:

Idade 61 anos, 1 mes

Tempo de serviço I 8 anos, 27 dias

Tempo de serviço II 3 anos, 30 dias

Tempo de serviço III 24 anos, 35 dias

Total 35anos e 3 meses

Total de ponto 96 e 04 meses

**Fonte:**

- Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**III**  
**DAS CONCLUSÕES**

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

20 de dezembro de 2021  
**INSTITUTO CONSULPLAN**